



## BÍBLIA E LITURGIA

(Bible and Liturgy)

**Professor Me. Gabriel Frade\***

Graduado em Filosofia e Teologia pela PUG-Roma.

Mestre em Liturgia pela PUC-SP. Professor de Teologia.

E-mail: fradegab@gmail.com

### RESUMO

Neste artigo interessa-nos abordar alguns aspectos sobre a relação entre a Sagrada Escritura e a Liturgia, de modo particular aqueles elementos concernentes à reorganização e confecção levadas a cabo pela reforma litúrgica do concílio Vaticano II do livro litúrgico que contém as perícopes bíblicas lidas na liturgia da Palavra durante as celebrações eucarísticas, isto é, o Leccionário da Missa. Para esta abordagem, nos servirá, em grande medida, o relato sobre os trabalhos da Reforma Litúrgica - relato este ainda inédito no Brasil - escrito por D. Annibale Bugnini,<sup>1</sup> Secretário do *Consilium*, a comissão encarregada para a aplicação dos princípios de reforma estipulados pela Constituição *Sacrosanctum Concilium*.

**Palavras chave:** Concílio Vaticano II. Reforma Litúrgica. Liturgia da Palavra. Bíblia.

### ABSTRACT

In this article we are interested in discussing some aspects of the relationship between Sacred Scripture and the Liturgy, especially those elements pertaining to the reorganization and preparation carried out by the liturgical reforms of Vatican II's liturgical book that contains excerpts from the Bible read during the liturgy Word during the Eucharistic celebrations, i.e., the Lectionary of the Mass. For this approach will serve us very much the story on the work of the Liturgical Reform - report was yet unheard of in Brazil - written by D. Annibale Bugnini, Secretary of the *Consilium*, the committee asked for the application of principles of reform set by the Constitution *Sacrosanctum Concilium*.

**Keywords:** Vatican Council II, Liturgical Reform, Liturgy of the Word, the Bible

A Escritura desempenha papel de primordial importância na celebração litúrgica. Fornece as leituras e é explicada na homilia. Cantam-se os salmos, cuja inspiração e sentimento se prolongam nos hinos e orações litúrgicas, conferindo significação às mais diferentes ações. [...] é preciso cuidar para que se conserve, suave e vivo, o gosto pela Sagrada Escritura [...]. Constituição *Sacrosanctum Concilium* (SC), n. 24.

### INTRODUÇÃO

É inegável a força com a qual a Igreja afirma a importância da Palavra, enquanto presença do Logos encarnado dentro da Liturgia. No magistério recente, é muito famosa a afirmação da Constituição Conciliar *Dei Verbum*:



A Igreja venerou sempre as divinas Escrituras como venera o próprio Corpo do Senhor, não deixando jamais, sobretudo na sagrada Liturgia, de tomar e distribuir aos fiéis o pão da vida quer da mesa da palavra de Deus quer da do Corpo de Cristo.<sup>2</sup>

Nesse sentido, atendo-nos ainda ao magistério, vale recordar uma das suas últimas intervenções nessa matéria: trata-se da Exortação Apostólica pós-Sinodal *Verbum Domini*, a qual não economiza palavras para reforçar o valor da Palavra proclamada na liturgia:

Considerando a Igreja como ‘casa da Palavra’, deve-se antes de tudo dar atenção à Liturgia sagrada. Esta constitui, efetivamente, o âmbito privilegiado onde Deus nos fala no momento presente da nossa vida: fala hoje ao seu povo, que escuta e responde. Cada ação litúrgica está, por sua natureza, impregnada da Sagrada Escritura.<sup>3</sup>

Embora essas declarações do magistério sejam profundamente verdadeiras, é igualmente necessário dizer que a Igreja necessitou percorrer um caminho relativamente longo, para chegar a estas formulações e seu sentido mais pleno.

Sem ter pretensão alguma, em desenvolver aqui uma abordagem histórica exaustiva, a propósito do uso da Sagrada Escritura na liturgia, gostaríamos de relevar apenas alguns pontos que nos parecem ser interessantes para uma melhor compreensão sobre o significado do atual lecionário da Missa, oferecido pela reforma litúrgica do Vaticano II.

## 1. ELEMENTOS DE HISTÓRIA SOBRE A SAGRADA ESCRITURA NA LITURGIA

O uso da Sagrada Escritura, na celebração Eucarística, remonta aos primórdios da Igreja. Ao que parece, é uma herança da liturgia judaica sinagoga.<sup>4</sup> Na Igreja antiga, especialmente nas áreas de influxo ocidental, a leitura e a liturgia eram celebradas no idioma mais comum, a língua grega, com o uso da tradução grega dos LXX, para as leituras do Antigo Testamento.

Somente entre o III e IV século, sob o pontificado de Papa Dâmaso (366-384), é que a igreja de Roma começa a apresentar suas liturgias celebradas em latim, e conseqüentemente, as leituras bíblicas proclamadas nessa língua. Como se sabe, essa situação perdurará por muitíssimos séculos, na igreja de Roma e naquelas igrejas sujeitas ao seu influxo direto.

De fato, para o que diz respeito à Igreja no Ocidente, com a passagem da língua grega para a língua latina, e sua conseqüente consolidação como língua eclesiástica, indiretamente trouxe alguns efeitos indesejados, observados ao longo dos séculos, como, por exemplo, o afastamento gradual das pessoas da própria liturgia. A celebração foi se tornando cada vez mais incompreensível para o povo em geral, o qual desconhecia a língua latina.<sup>5</sup>



As questões de caráter histórico tiveram um grande peso nesse processo: por exemplo, a invasão do Império Romano pelos povos bárbaros fez com que outras formas linguísticas surgissem. Essas formas linguísticas dos povos bárbaros, ágrafas em sua esmagadora maioria, acabaram por se desenvolver livremente, num processo que iria originar as modernas línguas neolatinas.

O latim, ao invés, por ser a língua do império romano, além de ser um elemento unificador, possuía grande quantidade de material escrito, o que favoreceu sua fixação. Por esses motivos, o latim foi se tornando a língua usada pela Igreja especialmente na liturgia, já que naturalmente essa se apresentava como uma língua difusa pelo império, capaz de exprimir a beleza das fórmulas eucológicas, legadas pela grande tradição cristã.

É verdade que, neste ínterim, a Palavra de Deus nunca deixou de ser proclamada durante as celebrações litúrgicas, mas como se sabe, eram bem poucos aqueles que a entendiam, motivo pelo qual as leituras foram empobrecidas e, quantitativamente, diminuídas em sua riqueza:

E é estranho como estas [as leituras], se por leituras devem entender-se textos compreensíveis para o povo, tenham quase que totalmente desaparecido do culto, pelo menos na liturgia romana. Se, de fato, nas várias línguas litúrgicas orientais, as leituras da missa chegavam à inteligência do povo mediante o uso da língua vulgar, quando a língua litúrgica tradicional era incompreensível aos fiéis, na liturgia romana, ao invés, as leituras permaneceram ainda em latim.<sup>6</sup>

Como já acenado, essa situação perdurou por muitos séculos na Igreja, causando não poucos incômodos. Ainda antes de Lutero, por exemplo, e sua fúria reformista, havia quem, na Igreja, se apercebesse das dificuldades de se manter um idioma incompreensível para o povo e tentasse buscar uma maior compreensão das Escrituras durante a celebração, mediante o uso das línguas vulgares: *Com efeito, a que serve proclamar nas igrejas passagens dos santos evangelhos se nem aqueles que lêem, nem aqueles que escutam compreendem aquilo que se diz?*<sup>7</sup>

Como se vê, a situação não era das melhores. Uma vez consumada a Reforma protestante, a Igreja adotou uma postura mais dura perante os reformadores, o que levou a interpretações mais estreitas do próprio concílio de Trento em tempos posteriores, especialmente no que dizia respeito ao uso do latim<sup>8</sup> e o acesso à escritura por parte do povo em geral.

Evidentemente, para o que tange ao uso da Palavra de Deus na liturgia, a questão não se limitava apenas ao idioma. Havia uma lacuna sobre as próprias relações entre a Sagrada Escritura e a sua celebração litúrgica. Podemos dizer que esta lacuna permanecerá até meados do século XX.

Basta dar uma passada de olhos nos grandes documentos do Magistério para detectar esse fenômeno. Nem as grandes encíclicas bíblicas *Providentissimus*



*Deus* (1893), *Spiritus Paraclitus* (1920) e *Divino Afflante Spiritu* (1943) aludem à proclamação litúrgica da Escritura, nem por sua vez os documentos do renascimento litúrgico – começando por sua carta magna, a encíclica *Mediator Dei* (1947) – parecem muito preocupados com o papel da Bíblia no interior da celebração.<sup>9</sup>

Somente com o advento dos movimentos litúrgico e bíblico, nos inícios do século XX, é que haverá uma reflexão mais aprofundada sobre as relações entre bíblia e liturgia. Reflexão esta que conduzirá a algumas belíssimas afirmações conciliares e a uma prática mais consistente, em relação à presença das leituras da Escritura Sagrada no âmbito litúrgico.

## 2. BÍBLIA E LITURGIA NO VATICANO II

A liturgia antes do concílio Vaticano II, em matéria de proclamação da Palavra, carecia da riqueza e da abundância que o lecionário atual nos apresenta. De fato, a reforma litúrgica teve a grande preocupação, como veremos mais abaixo, de incrementar não só o número de perícopes, como também oferecer uma articulação mais orgânica da distribuição dos textos bíblicos.

Numa comparação, nas palavras do liturgista espanhol Pedro Farnés, a aproximação do conjunto da liturgia da Palavra no rito tridentino com o atual conjunto, no rito de Paulo VI, deixará evidente: [...] *até que ponto a reforma litúrgica deu à Escritura um tratamento não apenas quantitativamente mais abundante, mas também qualitativamente distinto e muito superior.*<sup>10</sup>

Como já mencionado, o movimento litúrgico e o movimento bíblico encetaram um profundo e feliz diálogo que acabou por trazer novas luzes e uma sensibilidade renovada recíproca. Na Constituição sobre a liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, o propósito de restaurar o antigo uso de uma proclamação da Palavra de Deus, em maior quantidade nas celebrações litúrgicas, foi formulado da seguinte maneira: *Restaurare-se o uso abundante, variado e bem distribuído da Sagrada Escritura nas celebrações litúrgicas.*<sup>11</sup>

A concreção desse desejo foi executada pelo *Consilium ad exsequendam Constitutionem de Sacra Liturgia*, o organismo eclesiástico encarregado de dar andamento à Reforma Litúrgica. Diversos especialistas, em diferentes áreas, compuseram vários subgrupos que tinham por objetivo trabalhar com algum aspecto do vasto edifício litúrgico-sacramental.

Um desses grupos foi encarregado para lidar com o lecionário:

Ao grupo de estudos 11, foi confiada a tarefa mais árdua de toda a reforma: a reorganização das leituras da missa. Isto constituía a parte mais importante para voltar a valorizar, na liturgia, a Palavra de Deus, que, sem dúvida, a Igreja católica havia descuidado nos últimos séculos.<sup>12</sup>



Bugnini nos faz saber que a composição desse grupo era variada e constava com grandes nomes das áreas litúrgica, bíblica, catequética e pastoral, como, por exemplo, Cipriano Vagaggini, Pierre Jounel, A. Nocent, A. –M. Roguet, K. Tillmann, Lucien Deiss, G. Fontaine e outros.<sup>13</sup>

Uma vez reunido o grupo de peritos, foi delineada uma estratégia sobre quais critérios deveriam nortear os trabalhos. Em 1964, o primeiro esboço de tal estratégia foi apresentado:

O critério fundamental deve ser ‘o mistério de Cristo e a história da salvação’. Portanto, na nova ordem das leituras deve encontrar seu lugar o núcleo inteiro da pregação apostólica acerca de Jesus, ‘Senhor e Cristo’ (At 2,36), que cumpre as Escrituras com sua vida, com sua pregação e, sobretudo com o mistério pascal; e que vivifica a Igreja até sua vinda gloriosa.<sup>14</sup>

Após a aprovação dos critérios, teve início o trabalho monumental de catalogação dos diversos textos usados nas celebrações de várias tradições litúrgicas, antigas e modernas. Esse trabalho de liturgia comparada levou em consideração mais de vinte ritos – entre orientais e ocidentais –, sendo que esse trabalho minucioso permitira verificar quais os esquemas de leituras que eram constantes nas tradições litúrgicas e quais aqueles que apresentavam variações consideráveis.<sup>15</sup>

O segundo passo para a confecção do lecionário foi a consulta a um grupo de biblistas, para que estes propusessem aquelas perícopes que eles considerassem mais aptas para a celebração litúrgica:

Em 1965, trinta e um biblistas foram encarregados para escolher de todos os livros da Sagrada Escritura, Antigo e Novo Testamento as perícopes que, a seu juízo, eram as mais adequadas para o uso litúrgico. Foi-lhes pedido que indicassem também para que tempo ou festividade litúrgica as considerassem mais convenientes e determinassem as divisões e possíveis omissões. Como critério, eles deviam ater-se a escolher os textos mais necessários para a compreensão da história da salvação, e mais facilmente compreensíveis para o povo.<sup>16</sup>

A grande lista de sugestões que chegou até o grupo foi posteriormente enviada a um grupo maior, composto por especialistas em catequese, pastoral, bem como párocos e diretores espirituais, para que opinassem sobre a *seleção dos textos, a divisão dos versículos e a sua utilização litúrgica*.<sup>17</sup>

No ano seguinte, em 1966, após essa série intrincada de estudos e consultas, Vagaggini pôde apresentar ao *Consilium* um plano global sobre a orientação possível do Lecionário. Bugnini<sup>18</sup> nos faz conhecer que dessa apresentação, três pontos tiveram grande relevância: a obrigatoriedade de três leituras; a conservação do ciclo das leituras do rito tridentino e um ciclo de três ou quatro anos.

Para o primeiro ponto, a discussão versava sobre a não obrigatoriedade das três leituras feitas, por exemplo, aos domingos e festas.<sup>19</sup> Havia quem julgasse mais oportuno estabelecer um critério facultativo sobre a *lectio* de mais leituras ou menos, conforme a



necessidade. Essa posição foi reprovada, em vista das afirmações do Concílio Vaticano II, de oferecer ao povo *o uso abundante, variado e bem distribuído da Sagrada Escritura (Sacrosanctum Concilium, n. 35) e quanto mais a Palavra de Deus for oferecida aos fiéis, maior acesso terão aos tesouros da Bíblia (Sacrosanctum Concilium, n. 51)*. Além disso, dentre outros argumentos, realizar as leituras de três passagens da Escritura, seria uma volta a tradição mais antiga da Igreja, testemunhada pelos Padres – Agostinho e Ambrósio, por exemplo.

Em relação ao segundo ponto, a conservação do ciclo de leituras do ritual tridentino, a alegação era o respeito pela tradição plurissecular e elementos de caráter ecumênico, já que haveria igrejas protestantes que usariam ainda esse ciclo tradicional. Cipriano Vagaggini contra argumentou que, de fato, os próprios protestantes apresentavam um quadro extremamente variado de usos, e não eram poucos aqueles que aspiravam mudanças em seus lecionários. De fato, ao se consultar a posição das comunidades eclesiais não católicas, Bugnini nos faz saber que a resposta foi favorável à mudança do lecionário católico:

[...] houve no dia 8 de outubro uma reunião entre os consultores [do *Consilium*] e os observadores não católicos que assistiam às reuniões do *Consilium*. Estes últimos fizeram depois uma declaração pública na reunião geral, pedindo que a Igreja romana não se considerasse atada por motivos ecumênicos no que dissesse respeito à renovação do lecionário. Ao mesmo tempo, expressaram o desejo de que o lecionário renovado fosse autorizado como experimental por um tempo suficientemente amplo (6-9 anos), com a finalidade de que durante esse tempo ele pudesse ser examinado pelas diversas confissões cristãs.<sup>20</sup>

Diante do exposto, os padres optaram, em sua maioria, pela mudança do lecionário e a não conservação do ciclo tridentino enquanto tal.

Quanto ao terceiro ponto, isto é, o tempo de duração do ciclo (três ou quatro anos) a discussão foi bastante acalorada, do momento que a constituição *Sacrosanctum Concilium* estabelecia um caráter relativamente vago: *Por isso, deve-se ler uma parte bem maior das Escrituras, nos espaços litúrgicos que lhe são reservados cada ano (Sacrosanctum Concilium, n. 51)*.

Afirmou-se, após uma votação no *Consilium*, a posição de um ciclo de três anos, já que essa forma facilitava o ritmo dado pelos próprios evangelhos sinóticos, de modo que cada ano foi assinalado um evangelista (Ano A, Mateus; Ano B, Marcos e Ano C, Lucas).

Em 1966, o *Consilium* apresentava ao Papa a conclusão de todo o complexo trabalho num extenso informe de dois pontos. O primeiro ponto versava sobre informações relativas ao lecionário dominical e festivo: a estrutura desses lecionários seria composta de três leituras – Antigo Testamento, Apóstolo e Evangelho. As leituras seriam proclamadas num ciclo trienal, de modo que a mesma passagem fosse proclamada a cada três anos. A tradição foi respeitada ao se proporem alguns textos em determinados





tempos, por exemplo: a leitura do evangelho de João, na segunda metade da Quaresma e no tempo pascal, e os Atos dos Apóstolos no tempo Pascal. Nos domingos do tempo ordinário, a cada ano, serão lidas passagens extraídas de um dos evangelhos sinóticos. O informe segue neste ponto, dando conta da leitura semi-continuada dos evangelhos durante o tempo ordinário.

Para a seleção dos textos, manteve-se o critério da escolha de passagens bíblicas mais simples e que são aptas para uma aplicação espiritual, dispensando a exigência de explicações muito complicadas. Além de outras observações, o informe, num segundo ponto, passa a narrar elementos relativos ao ciclo ferial das leituras.

Nesse ciclo, os critérios adotados foram os seguintes: Para as férias do tempo do advento, natal, quaresma e pascal, existirão um ciclo para ambas as leituras. Para as férias do tempo ordinário do ano, o evangelho segue um ciclo anual, enquanto a primeira (e única) leitura terá um ciclo de dois anos (anos pares e ímpares), *alternando as semanas em que se lê o Antigo Testamento, com as semanas em que se lê o Novo Testamento.*<sup>21</sup>

Depois de consultas feitas às Conferências Episcopais ao redor do mundo, do recebimento de observações por parte do episcopado internacional, o *Ordo lectionum pro dominicis, feriis et festis sanctorum*, foi publicado, no dia 25 de maio de 1969, a Solenidade de Pentecostes.

## CONCLUSÃO

Verificar brevemente a história de nosso lecionário nos ajuda a compreender a importância do trabalho feito pelas gerações passadas, para que o povo de Deus pudesse ter acesso à riqueza do tesouro da Palavra de Deus.

Dentro do processo de confecção do lecionário, interessa destacar a preocupação sobre a questão ecumênica e a convicção dos peritos e dos Padres conciliares da necessidade urgente de deixar clara a inspiração bíblica de toda a liturgia.

Diante do exposto, constatamos não sem tristeza que, apesar dos avanços feitos, há ainda muito a se avançar na celebração da Palavra e no amor pela Escritura. Por motivos vários, que não cabe tratarmos aqui, muitas vezes essa riqueza da Palavra permanece incompreendida. Permanece livro fechado.

Quantas vezes não se constatam a mutilação da celebração da Palavra, por questões muitas vezes fúteis, porque não se compreende muito bem a *quantidade de leituras*, especialmente nas vigílias...

Há que se fazer um esforço renovado, como bem relevou a Exortação *Verbum Domini*, para que, ao ouvir meditar e celebrar a Palavra, aquela alegria que só Deus pode conceder aos nossos corações, habite em nós (*Verbum Domini*, n. 123s).



## BIBLIOGRAFIA

- ALDAZÁBAL, José. *A Mesa da Palavra I*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- BOROBIO, Dionisio (org.). *A Celebração na Igreja*. Vol. 1. São Paulo: Loyola, 2002<sup>2</sup>.
- BUGNINI, Annibale. *La Reforma de La Liturgia (1948-1975)*. Madrid: BAC, 1999.
- FARNÉS, Pedro. *A Mesa da Palavra II*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- JUNGMANN, J. A. *La Liturgia della Chiesa*. Roma: La Civiltà Cattolica, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Missarum Sollemnia*. São Paulo: Paulus, 2010<sup>2</sup>.
- SILVA, Cássio Murilo Da. *A Bíblia Não Serve Só Para Rezar*. São Paulo: Loyola, 2011.
- MAGRASSI, Mariano (et al.). *L'Oggi della Parola di Dio nella Liturgia*. Torino: Elle di Ci, 1970.
- JOUNEL, Pierre (et al.). *La Inspiración Bíblica de La Liturgia*. Cuadernos Phase 176. Barcelona: Centre de Pastoral Litúrgica, 2008.

---

## NOTAS

\* **Professor Gabriel Frade** é graduado em filosofia e teologia pela Pontifícia Universitas Gregoriana (Roma) e mestre em Liturgia pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (PUCSP). Atualmente é professor de Liturgia e Sacramentos na Faculdade de Teologia do Mosteiro de São Bento e UNISAL, no campus Pio XI (SP).

<sup>1</sup> BUGNINI, A. *La Riforma Liturgica (1948-1975)*. Roma: Edizioni Liturgiche, 1997. Para este artigo, nos serviremos da versão espanhola editada pela Biblioteca de Autores Cristianos: BUGNINI, Annibale. *La reforma de La Liturgia (1948-1975)*. Vol. 2. Madrid: BAC, 1999.

<sup>2</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição *Dei Verbum* (DV), n. 21.

<sup>3</sup> BENTO XVI. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini*, n. 52.

<sup>4</sup> Para uma visão sintética sobre o uso das leituras bíblicas no contexto litúrgico, remetemos ao trabalho clássico de Jungmann: JUNGMANN, J. Andreas. *La Liturgia della Chiesa*. Roma: La civiltà Cattolica. 1958, p. 22 e p. 51ss. Veja também o excelente artigo de Jounel in JOUNEL, Pierre. *La Biblia en La Liturgia*. Cuadernos Phase, 176, Barcelona: Centre de Pastoral Litúrgica, 2008, p. 5-34. Para os vários sentidos que o cristianismo atribuiu ao texto bíblico, veja: SILVA, Cássio Murilo Da. *A Bíblia Não Serve Só Para Rezar*. São Paulo: Loyola, 2011.

<sup>5</sup> Esse processo fica evidente na obra de Jungmann sobre a história da missa: JUNGMANN, J. Andreas. *Missarum Sollemnia*. São Paulo: Paulus, 2010<sup>2</sup>.

<sup>6</sup> JUNGMANN, J. Andreas. Op. cit., p. 54.

<sup>7</sup> GIUSTINIANI, Paolo e QUIRINI, Pietro. *Libellus Ad Leonem X Appud RONCONI*, Marco. La Profecia di Quirini e Giustiniani. In: *Rivista Jesus*, (Agosto 2002), p. 67. Ver também MASSA, E. *Una cristianità nell'alba del Rinascimento. Paolo Giustiniani e Il Libellus ad Leonem X (1513)*, Marietti, Genova-Milano, 2005.





<sup>8</sup> “O teor do texto [ver Denzinger, n. 946], esclarecido pela atas do concílio, mostra com clareza que os argumentos apresentados em Trento para defender a língua latina têm natureza circunstancial. Mais tarde, quando os teólogos e apologistas passam a justificar o uso do latim, essa disposição conciliar será esquecida e os argumentos de conveniência serão substituídos pelos dogmáticos. Desse modo, a língua latina será a expressão da unidade da Igreja e o remédio eficaz contra as heresias”. BASURKO, Xabier. *De Trento ao Movimento Litúrgico*. In: BOROBIO, Dionísio. *A Celebração na Igreja*. Vol. 1. São Paulo: Loyola, 2002, p. 117.

<sup>9</sup> FARNÉS, Pedro. *A Mesa da Palavra II*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 23.

<sup>10</sup> FARNÉS, Pedro. Op. cit., p. 13. Ver o interessante quadro comparativo que este autor fornece, entre a liturgia tridentina e a liturgia reformada do Vaticano II.

<sup>11</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição *Sacrosanctum Concilium* (SC), n. 35.

<sup>12</sup> BUGNINI, A. Op.cit. p. 360.

<sup>13</sup> Idem, p. 360.

<sup>14</sup> Idem, p. 361.

<sup>15</sup> Idem, p. 362.

<sup>16</sup> Idem, p. 363.

<sup>17</sup> Idem, id.

<sup>18</sup> Cf. Idem, p. 364ss.

<sup>19</sup> Como se sabe, a solução adotada para o lecionário ferial foi outra: este apresenta apenas duas leituras bíblicas.

<sup>20</sup> Idem, p. 366.

<sup>21</sup> Idem, p. 368.

Artigo recebido em 06/04/2011  
Artigo aprovado em 30/05/2011